
MOVIMENTO DOS SENTIDOS NO SILÊNCIO

REJANE FLOR MACHADO*
PUCRS

Introdução

Este nosso trabalho tem como propósito repensar a questão da constituição do processo significativo, enfocando e interpretando o silêncio, não como possibilidade de significação, mas como fonte de sentido. Para tal discussão nos utilizamos fundamentalmente do arcabouço teórico fruto das reflexões de Eni Orlandi sobre o silêncio. Na seqüência do trabalho, abordamos também, em um sentido elucidativo pela idéia de contraste e, além disso, ilustrativo, a interpretação dada por Authier-Revuz ao silêncio.

Em consonância com as concepções que permeiam a Análise do Discurso, temos presente, em nosso estudo, um sujeito instituído como tal através de sua relação historicamente determinada pelo simbólico: "Diante de qualquer objeto simbólico, somos instados a dar sentido, a significar" (Orlandi, 1996. p. 89). É através da linguagem, lugar de significação por excelência na concepção do sujeito, que este vê possibilidade de atingir a plenitude do sentido, pensa que tudo pode ser dito. Falha a linguagem e falha em seu dizer o sujeito por ela constituído. Segundo Orlandi (1996), a ordem simbólica, lugar de confluência e de materialidade da ideologia e do inconsciente, expressa pelo real da língua e da história, não permite que tudo seja dito e, ao mesmo tempo, o que é dito não é de todo acessível ao sujeito.

* Doutoranda em Letras – PUCRS.

Aí entra a questão do já-dito, onde as falas se sustentam, que funciona com o apagamento das outras vozes, possibilitando ao sujeito a ilusão de que é dono do seu dizer. Conforme P. Henry, "...a língua ultrapassa sempre a atividade individual da fala pela qual ela se manifesta de tal modo que nenhuma fala, não importa o que pensemos, não é propriamente fala de um indivíduo. Todo enunciado, toda fala, é atravessada pelo já dito ou já escutado mesmo se o que Chomsky chama de "criatividade" é potencialmente infinita. Quanto àquilo que articula o já dito ou já escutado de toda fala ou de todo enunciado, não é exatamente a sintaxe, tem raiz no inconsciente" (p. 170). Tal posicionamento inconsciente do sujeito, que em sua constituição é falho e heterogêneo em relação ao seu discurso, é a expressão de seu infinito desejo de ser um, de ser completo, de formar um todo.

A idéia de um sentido único, possível, tem como eco o interdcurso, conjunto de formulações que refletem a relação de um discurso com outros discursos, onde os sentidos se filiam a um mesmo saber discursivo. São as diferentes formações discursivas que compreendem esse saber e que podem ser definidas como "aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito" (Pêcheux, p. 160). Essas concepções refletem a inserção da própria língua no processo histórico-social, colocando o sujeito e o sentido como parte desse processo. O sentido só se produz no sujeito através de um processo imaginário, instaurado pela ideologia, na relação que interliga linguagem, pensamento e mundo. "Para que uma palavra faça sentido é preciso que ela já tenha sentido. Essa impressão do significar deriva do interdcurso – o domínio da memória discursiva, aquele que sustenta o dizer na estratificação de formulações já feitas, mas 'esquecidas' e que vão construindo uma história dos sentidos" (Orlandi, 1996, p. 71). Assim, o processo de constituição do sentido não é transparente para o sujeito.

Melhor especificando as colocações acima, a ideologia, espelhada nas diferentes formações discursivas, é presença necessária entre a língua e os sujeitos quando da produção dos sentidos. Se, como dissemos anteriormente, há ilusão de unidade no discurso pelo efeito do imaginário discursivo, por outro lado, só há imaginário discursivo em uma concepção sobredeterminada pela ideologia. Dizemos, em conformidade com Orlandi (1995), que esse imaginário propicia a compreensão do discurso de uma forma particular, que se apresenta como verdadeira e única, atribuindo sentidos fixos às palavras em um contexto histórico dado. "O processo ideológico não se liga à falta mas ao excesso. A ideologia

representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de "evidência", sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como "natural" (idem, p. 100).

Por outro lado, não podemos dizer que há sentidos já dados. Embora haja um sujeito historicamente inscrito no simbólico e que efetivamente determina o processo de constituição dos sentidos, o inconsciente e a ideologia provocam o descentramento desse processo. Dessa forma, "não se pode falar em anterioridade de sentido, seja na estrutura, seja no acontecimento. O sentido se dá no encontro dos dois, na sua relação" (Orlandi, 1996, p. 57).

O discurso é, dentro da perspectiva da Análise do Discurso, o lugar de materialidade tanto das formações discursivas, por sua vez presentificadas e particularizadas pelas formações ideológicas, quanto pela autonomia relativa da língua. É o que afirma Courtine (apud Orlandi, 1995), salientando que o discurso representa os efeitos das contradições ideológicas no interior da língua e, por outro lado, explicita a existência de materialidade lingüística no interior da ideologia.

As considerações realizadas sobre a forma como a matéria textual que produz sentido conduz à afirmação de que somente em uma abordagem discursiva o sentido pode ser captado. Assim, somente no discurso podemos compreender o sentido como um acontecimento, isto é, como o lugar de encontro entre uma atualidade e uma memória (Orlandi, 1995).

Esse é um aspecto importante: a ligação da materialidade do texto com sua memória, isto é, com a exterioridade do discurso. A exterioridade a que nos referimos não é o "fora" da linguagem, mas algo constitutivo da textualidade (Orlandi, 1996). Assim, é pertinente a colocação, de acordo com a mesma autora, de que, "para compreendermos o funcionamento do discurso, isto é, para explicitarmos as suas regularidades, é preciso fazer intervir a relação com a exterioridade, ou seja, compreendermos a sua historicidade, pois o repetível a nível do discurso é histórico e não formal" (p. 29). Podemos dizer, ainda, que é no discurso que o homem produz a realidade com a qual está em relação.

O uso e exploração dos termos exterioridade, memória e história é a forma que encontramos de ratificar a necessária inscrição do dizer no interdcurso (repetível histórico), para que este dizer faça sentido. "É porque a história se inscreve na língua que esta significa" (idem, p. 70).

Do trabalho de Guimarães (1995), destacamos a consideração de que devemos tratar a questão do sentido como uma questão enunciativa em que a enunciação seja vista historicamente, visto

que, segundo o autor, a significação é histórica, não no sentido temporal, historiográfico, esclarece, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência.

No momento em que colocamos que no discurso há materialidade não só da língua, mas também das formações discursivas, abrimos espaço para a afirmação de que o discurso é um lugar singular, onde a representação da interligação entre língua e história pode ser observada. Porém, não podemos pensar na análise do dado. Como propõe Orlandi (1996), deve haver um deslocamento que nos possibilite passar do dado para o fato, porque é somente este ponto de observação que nos permite entrar no campo da memória lingüística.

Nesse caso, passamos a trabalhar nos dois espaços: do acontecimento lingüístico e do funcionamento discursivo. Com esse deslocamento, conforme a autora antes citada, temos a possibilidade de ir além da mera análise dos produtos da linguagem, passando a trabalhar com o processo de produção da mesma. "Com efeito, para a análise de discurso, não existem dados enquanto tal, uma vez que eles resultam já de uma construção, de um gesto teórico" (p. 38).

Para melhor compreender este movimento é preciso que levemos em consideração como se processa a leitura/interpretação dentro desta perspectiva teórica, o que isso significa efetivamente. Antes é necessário que façamos algumas observações sobre o que compreendemos por texto, conceito necessário para as considerações que seguem em nosso trabalho e, ao mesmo tempo, que está bastante próximo do conceito de discurso.

Seguindo os postulados de Orlandi, definimos o texto como um exemplar do discurso, uma peça que representa uma unidade significativa e que nos permite ter acesso ao discurso. O texto tem relação com outros textos, com as condições de produção, com o interdiscurso, e, nesse sentido, pode ser considerado como uma unidade aberta. Como consequência, o sentido é também uma questão aberta e o texto é "multidirecional enquanto espaço simbólico" (1996, p. 18).

Para compreender um texto, o leitor precisa se inteirar dos diferentes processos de significação que acontecem nesse texto. Podemos dizer, a partir da formulação de Orlandi, que o leitor precisa apreender as várias possibilidades do texto.

O fato da linguagem pressupor sentido torna a interpretação necessária, na medida em que não há sentido sem interpretação. São as condições de produção dessa interpretação, configuradas pela ideologia, que lhe dão a aparência de veracidade e universalidade. Também a existência de diversidade na linguagem e, con-

seqüentemente, na significação particularizam as formas de interpretação.

Essa reflexão, que articula sentido, linguagem e ideologia, permite-nos afirmar que o modo de circulação da interpretação depende de muitos fatores, tais como: o que se interpreta, como se interpreta, quem interpreta, em que condições. Depende, ainda, de como o sujeito-autor se insere no espaço possível de interpretação, de sua relação com o saber discursivo, da posição do sujeito em relação ao seu dizer e, também, como ele interpreta quem o interpreta.

A consideração de que o dizer é aberto e que, portanto, como diz Orlandi (1996), o sentido está sempre em curso nos faz repensar a questão da incompletude da linguagem. Conforme a autora, temos a ilusão da "palavra final". No entanto, há sempre a ameaça da fuga dos sentidos, quer pela alteridade, que ameaça a estabilidade dos sentidos, quer pela derivação para outros discursos possíveis, quer pelo próprio trabalho do equívoco na interpretação, dada essa condição dos sentidos não se fecharem e de sua evidência ser apenas ilusória.

Sobre a incompletude da linguagem, esta, como salienta Orlandi (1996), não deve ser pensada em relação a algo não inteiro, mas a algo que não se fecha. A percepção da incompletude e da possibilidade de observar sua materialidade no discurso provoca a interpretação. Para a autora, no momento em que assumimos a incompletude da linguagem, a interpretação passa a ser uma relação necessária, embora muitas vezes negada pelo sujeito.

É deste ponto de nosso estudo que queremos partir para a reflexão sobre o silêncio, principalmente por nos permitir explorar a questão da incompletude da linguagem, analisando sua inter-relação com o próprio silêncio. Particularizando, a análise do silêncio possibilita-nos averiguar o modo como este instaura processos significativos complexos que só podem ser observados na materialidade discursiva. Por conseguinte, permite-nos entender a repercussão do silêncio no sentido e na significação. Ao longo do que segue procuramos explicitar tais colocações.

Formas do silêncio

Duas formas de perceber o silêncio são importantes para o nosso estudo. Não são, entretanto, formas antagônicas. São concepções que se intrincam, se completam, tendo como objetivo primordial explicitar os mecanismos de funcionamento dos processos de significação que trabalham o texto. Dessa maneira, pro-

curam dar respostas a questões concernentes a como o sentido se produz.

Primeiramente preocupamo-nos com o trabalho de Authier-Revuz (1994), onde o sujeito da linguagem experimenta o fracasso em relação à linguagem no ato de nomeação. Há, como aponta a autora, uma "falta de captura do objeto pela letra", uma falha em nomear, porque as palavras faltam. Isso traduz a incompletude do sujeito, enquanto ser do simbólico, e, como tal, da linguagem. É a falha em significar, falha em fazer sentido. "É de dessa falha em nomear que estruturalmente se constitui o sujeito, em um irreduzível desvio de si mesmo, sujeito, pelo fato de que ele é falante e, por consequência do que ele é, falho" (Authier-Revuz, 1994, p. 253).

Atestam formas de suprir essa deficiência da linguagem, de escapar à linguagem real e à perda nela existente, como observa Authier-Revuz, as línguas imaginárias que nomeiam propriamente as coisas, sem perda, sem desvios; o silêncio, mas em um outro sentido, aquele que se entende como uma opção pela não-nomeação, uma desistência do dizer; a literatura, embora de uma forma inversa, porque se constitui justamente nesta tentativa de preencher o vazio deixado pela falta das palavras. Tudo isso responde pela apresentação, fictícia ou não, de um outro espaço onde a ilusão de completude do sujeito e do seu dizer possa acontecer.

Diferente dessas formas de sanar o problema da linguagem, em relação a sua incompletude, é o que acontece no dia-a-dia da linguagem, quando, cientes da falha em seu dizer, os sujeitos procuram realizar de uma forma pontual, no próprio fio do dizer, uma sutura, com o que Authier-Revuz denomina de "laço meta-enunciativo". Através desse laço, o enunciador retorna reflexivamente ao seu dizer, mais especificamente sobre um ponto do enunciado, para "suspender o 'que vai por si mesmo' sob o modo pelo qual parece dar-se normalmente a nomeação, inscrevendo nela explicitamente a falta" (p. 255).

De acordo com a análise de Authier-Revuz, é nas não-coincidências ou heterogeneidades enunciativas que constituem o dizer que aparece esse tipo de modalização. Há um desdobramento da enunciação de X, um ponto no dizer, através da autonomia X, ou seja, uma auto-representação opacificante de X. Essas modalizações autonômicas formam, assim, uma costura aparente sobre o fio do dizer, que mostra ao mesmo tempo a falha do dizer e a contraposição meta-enunciativa, visando o seu conserto.

São diversos os modos e diferentes as formas que marcam a representação da falta constatada no dizer. Repetimos aqui exemplos da própria autora. Pode ser através de uma pergunta: é esta a

palavra?; uma crítica: a palavra não convém; uma aceitação: isto que eu chamarei na falta de algo melhor; uma renúncia: eu não encontro a palavra, etc.

A importância da análise dessas formas, como o fez Authier-Revuz, é a possibilidade de evidenciar a percepção que o sujeito possui da falta no dizer. As formas representam o dizer da falta. Por conseguinte, é "a uma falta de palavras que responde esta excrecência de palavras que o 'laço' meta-enunciativo vem exercer em um fio do dizer para aí nomear a falha, abrindo o dizer, pelo dito, sobre o que ele não diz, fazendo ressoar em outras palavras mais esta parte de silêncio que se experimenta nas palavras" (p. 256).

É de uma outra ótica que Eni Orlandi vê a questão do silêncio. Considera que em sua inter-relação com a linguagem o silêncio não necessita referir-se ao dizer para significar, ele significa. Além disso, não podemos ver a linguagem como condição primeira de significação. É, ao contrário, o silêncio que ocupa esse lugar.

Essa é a perspectiva que assumimos para a análise do silêncio. O silêncio assim pensado é condição primordial para a significação. Por outro lado, ao dizermos que o significar excede a língua e que é nesse significar que o silêncio se inscreve, podemos dizer que o mesmo precede a linguagem, constitui a linguagem e não é constituído por esta. A linguagem corta, interrompe, abre brechas neste sentido já existente. "O silêncio, mediando as relações entre linguagem, mundo e pensamento, resiste à pressão de controle exercida pela urgência da linguagem e significa de outras e muitas maneiras" (Orlandi, 1955, p. 39).

O fato de o silêncio poder significar de múltiplas maneiras e, também, de haver vários tipos de silêncio, com diferentes significados, o faz objeto de exploração e reflexão de várias teorias, a saber, aquelas que se inscrevem na semiologia, na psicanálise, na filosofia, na lingüística, como aqui estamos vendo. Nessa área da linguagem, colocamos, como exemplo, os estudos sobre o dito / não dito, da elipse, do implícito numa relação intrínseca com o estudo do silêncio, embora apresentem-se como um efeito particular da relação originária e constitutiva do mesmo.

A concepção de que o silêncio significa em si mesmo, de que rege os processos de significação, torna bastante complexa sua relação com a linguagem verbal. Procurar entendê-la significa primeiramente problematizar a questão da completude tanto do sujeito quanto da linguagem. Para isso, é necessário que repensem a questão do sentido. Não falamos aqui em um sentido literal, porque esse, na perspectiva da Análise do Discurso, não existe. O que há são apenas efeitos de sentido.

Há um constante reorganizar-se e reposicionar-se dos múltiplos sentidos, e o discurso, resultado dessas relações de sentidos, deriva de outro(s) discurso(s) e aponta para outro(s). Isso porque “os fatos de sentido da ordem do discurso não são remissíveis ao discurso de um sujeito, nem mesmo aos de vários conjuntos para fazer uma espécie de ‘sujeito médio’, mas a ‘formações discursivas’ que não têm realidade no nível do indivíduo, senão pelo fato de que elas determinam as posições que pode e deve ocupar todo indivíduo, para ser o sujeito de uma enunciação provida de sentido” (P. Henry, apud Orlandi, 1990, p. 162). Assim, à capacidade de movimentação dos sentidos se junta o fato de que o sujeito falha ao deslocar-se em suas posições.

Outra vez, estamos diante da questão da incompletude: é a idéia de falta, de falha, o aspecto de incompletude do sentido e do sujeito a condição para a pluralidade do sentido e do próprio sujeito. Essa é a base da polissemia: a incompletude provocando a existência do múltiplo. A dispersão real do sujeito e dos sentidos se confronta, por um lado, com a ilusão do sujeito em relação a sua unidade, produzida no nível do imaginário, e que é reflexo do desejo de ser um e, por outro lado, em relação ao sentido, com a criação da ilusão referencial, da literalidade. É nesta busca da unidade e de fazer sentido que o sujeito estabelece um laço com o silêncio.

Procurando explicitar melhor o percurso da incompletude da linguagem e do sujeito até o silêncio, tomamos algumas considerações do trabalho de Eni Orlandi (1995). Conforme a autora, a dispersão dos sentidos e do sujeito é condição de existência do discurso, porém só funciona se parecer uma unidade, que, por sua vez, é uma ilusão produzida pelo imaginário discursivo sob o efeito da ideologia. Tanto um como o outro, isto é, a dispersão e a ilusão da unidade são igualmente constitutivos do sujeito e do sentido. Por outro lado, a não-completude em inter-relação com o silêncio é assim concebida: “o silêncio, na constituição do sujeito, rompe com a absolutização narcísica do eu que seria a asfixia do sujeito, já que o apagamento é necessário para sua constituição [...]; o silêncio, na constituição do sentido, é que impede o *non sense* pelo muito cheio, produzindo o espaço em que se move a materialidade significativa (o não-dito necessário ao dito)” (p. 51).

Orlandi (1995) aponta para o silêncio como horizonte, a possibilidade de sentido, o espaço que permite que o não-um possa significar, quer dizer, permite que a contradição constitutiva do sujeito possa ser trabalhada. “Nem um sujeito tão visível, nem um sentido tão certo, eis o que nos fica à mão quando aprofundamos a compreensão do modo de significar do silêncio” (p. 13).

A ênfase a determinadas considerações como: o homem tem uma relação constitutiva com o simbólico, que o leva obrigatoriamente à significação; existem diferentes matérias significantes, que representam os sistemas de signos; os signos verbais são considerados como a matéria de significação por excelência, nos levam a uma outra questão fundamental que é a tendência de ver o silêncio a partir da perspectiva da linguagem verbal, negando sua especificidade. É a isso que se atém Orlandi, quando salienta que a matéria significativa do silêncio lhe é específica. “O silêncio, tal como o concebemos, não remete ao dito, ele se mantém como tal, permanece silêncio” (Orlandi, 1995, p. 47).

Ao percebermos o silêncio como significando em si mesmo, possuindo matéria significativa particular e, portanto, não sendo possível traduzi-lo em palavras, torna-se também premente utilizarmos uma forma particular para observá-lo. O silêncio, seguindo ainda as considerações de Orlandi, não deixa marcas formais, apenas pistas, traços que nos permitem apreender o seu sentido. A partir disso, os procedimentos analíticos e metodológicos de análise sofrem um deslocamento considerável. Imprescindível é que a forma para observá-lo se origine a partir de um descentramento da linguagem verbal. Se faz necessário, então, observá-lo indiretamente, utilizando-nos de “métodos (discursivos) históricos, críticos, des-constitutivistas” (idem, p. 47). Mais do que romper com as concepções estabelecidas sobre o dizer e o não-dizer, necessitamos trabalhar com a teoria de uma forma crítica, fazendo conjecturas e, acima de tudo, explicitando os mecanismos de funcionamento dos processos de significação.

O silêncio, visto assim como um todo não segmentável, é classificado por Orlandi como fundador. Nesse não há recorte, somente um todo significativo. É o sentido visto em um contínuo, preexistente à linguagem verbal e constitutivo desta. Denominá-lo de fundador, salienta a autora, não significa entendê-lo como a origem dos sentidos, mas a garantia do movimento dos mesmos. Dentro desta perspectiva, a linguagem pode ser vista como uma categorização do silêncio.

A partir do silêncio fundador, Orlandi distingue outro tipo de silêncio, a política do silêncio (o silenciamento), onde aparece não só a relação do dito, não-dito, mas também o poder, ou não, dizer. “Aí entra a questão do “tomar” a palavra, “tirar” a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar, etc.” (Orlandi, 1995, p. 31). Dessa maneira, ao dizermos algo, apagamos necessariamente outras possibilidades do dizer em uma dada situação. No apagamento é que entram tanto as relações de poder, quanto as formas de resistência ao próprio poder.

Por sua vez, a política do silêncio possui duas formas de manifestação: o silêncio constitutivo e o silêncio local. Tanto em um como em outro, há uma ruptura no modo de significar.

Através do silêncio constitutivo se diz algo, para não se dizer outra coisa. Descartamos a possibilidade de que determinado sentido não desejado se instaure, pelo preenchimento do espaço que este ocuparia, produzindo um outro sentido. Melhor dizendo, apagamos o que não queremos dizer, através do preenchimento deste espaço com um outro dizer. "O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer" (Orlandi, 1995, p. 76).

Já o silêncio local é o que estabelece a interdição, isto é, o dizer é proibido. Orlandi (1955) dá como exemplo a censura, reiterando que, a partir do fato de que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, quando censurado, o sujeito fica proibido de ocupar certos lugares e, portanto, proibem-se certas posições do sujeito. Dizemos, ainda, que o sujeito censurado está proibido de se inscrever em determinadas formações discursivas. Como conseqüência, esse gesto impede o sujeito de se identificar, condição propiciada pela sua identificação com determinadas formações discursivas. Ao mesmo tempo, impede a sua constituição subjetiva, uma vez que isso só acontece quando da inscrição do sujeito nessas mesmas formações discursivas. Isso tudo intervém decisivamente na relação desse sujeito com a linguagem, com o fazer sentido e, conseqüentemente, na sua relação com o mundo.

Do que acabamos de expor, queremos ainda retomar as duas categorias básicas do silêncio, que são o silêncio fundante e a política do silêncio, enfatizando ainda alguns pontos que consideramos importantes para a seqüência do nosso trabalho.

O silêncio fundador traduz a concepção de que todo processo de significação traz uma relação necessária com o silêncio. É o silêncio fundador que determina a política do silêncio e, também, como afirma Orlandi, é nessa categoria do silêncio que se inclui o princípio de que a linguagem é política: "[...] é porque significa em si que o 'não-dizer' faz sentido e faz um sentido determinado" (Orlandi, 1990, p. 51).

Por outro lado, em uma de suas manifestações, a política do silêncio, ao produzir um recorte no sentido, como dissemos anteriormente, estabelece um determinado jogo entre o dizer e o silenciar, que aí aparecem numa situação de igualdade de possibilidade de realização: ao dizer algo, um sujeito que ocupa posição específica e se inscreve em uma determinada situação de comunicação tenta impedir o aparecimento de outros sentidos.

Há, pois, pelo menos dois pontos diferentes de observação do silêncio: quando tematizamos questões concernentes à constituição dos sentidos, estamos no domínio do silêncio fundador, e a perspectiva de observação é do silêncio para a linguagem. Já com a política do silêncio situamo-nos primeiramente no dizer atualizado para poder presentificar outros sentidos.

É aí nesse viés que situamos outra etapa deste nosso trabalho de reflexão sobre o silêncio que é a análise de um texto.

Apreendendo o silêncio

Como já dissemos anteriormente, toda a linguagem é política, enfatiza Orlandi (1995), uma vez que o sentido, sempre dividido, obedece a uma direção determinada. Como conseqüência, na constituição do sentido, há sempre uma relação de poder, que, por sua vez, se faz necessariamente acompanhar do silêncio. O texto que é objeto de nossa análise se inscreve nas condições acima especificadas, sendo, portanto, o silêncio constitutivo do seu processo de significação.

Nesta análise, procuraremos explicitar que mecanismos foram utilizados para que determinados sentidos fossem silenciados e, também, tentaremos evidenciar as frestas por onde podemos perceber que tais sentidos escapam. Para isso, consonante com Orlandi (1990), nos ateremos à política da palavra, indagando que "x" foi dito para que determinado "y" não fosse dito, e, ainda, como esse "y", uma vez apagado, teima em significar ao longo do discurso.

Vale ressaltar, antes de entrarmos na referida análise, que, como diz Orlandi (1995), a detecção do funcionamento dos efeitos da política do silêncio é bem mais fácil do que a detecção do funcionamento do silêncio fundador. Enquanto este tipo de silêncio "exige a observação através de 'desfalecimentos' de sentido" (idem, p. 77), aquele permite explicitar a política do silêncio inscrita em um fato de linguagem específico, pondo, dessa forma, em relevo o modo de funcionamento do silêncio fundador.

Elegemos, para a análise, um texto escrito e divulgado através do jornal (em anexo). O mesmo data de 15 de dezembro de 1996 e faz parte do Caderno de Economia de Zero Hora, jornal de maior circulação do Rio Grande do Sul. Esse texto tem como tema a privatização da CRT (Companhia Riograndense de Telecomunicações), intitulando-se "A nova companhia Riograndense de Telecomunicações". O autor do mesmo é Cristiano Tatsch, que é também presidente dessa companhia, pessoa de confiança do governo

e, portanto, defensor do programa de privatização do patrimônio público.

Com o déficit público sempre num crescendo, ao mesmo tempo em que o governo determina a implantação de novas tarifas, como, por exemplo, o CPMF, aliado a um custo de vida elevado, falta de estrutura básica, falta de emprego, etc., eleva-se o descontentamento dos "eleitores".

Em contrapartida, o governo procurando assegurar sua permanência no poder, tendo em vista os planos de reeleição, preocupa-se em dirimir sua impopularidade e, para isso, procura adotar medidas que, pelo menos aparentemente, possam mudar o "status quo", solucionando os problemas sócio-econômicos existentes.

O governo propaga que o Estado não possui recursos para a necessária expansão dos setores estratégicos da estrutura produtiva tais como energia, transportes, comunicações, mineração e aço e desencadeia uma campanha maciça de privatização desses setores. Entre os argumentos que sustentam a tese da privatização está a defesa da idéia de que a venda do patrimônio público à iniciativa privada é a solução para a retomada do crescimento dos países em desenvolvimento. Assim, seriam bem-sucedidos aqueles países cuja participação do Estado na economia fosse reduzida.

Tal procedimento tem um impacto muito forte na opinião pública, visto que sempre legitimamos a autoridade dos governos em implantar medidas para solucionar os problemas encontrados. Como comenta Orlandi (1987), na nossa história existe uma história que dá a si mesma uma certa direção: são sempre os governantes que concedem mudanças e liberdade de forma generosa. No discurso em pauta, a privatização é a fórmula mágica encontrada pelo governo para a solução dos problemas já citados.

Voltando à questão da significação e, em particular do silêncio, salientamos o fato de que há espaços de silêncio que permeiam o dizer e de que a linguagem tem sempre um caráter dialógico. Isso nos permite afirmar que "ao silenciar sobre algo, o locutor prende o interlocutor no quadro discursivo limitado por esse silêncio" (idem, p. 264), ficando a critério do segundo permanecer ou não na rede de significação delimitada pelo enunciador.

Isso nos remete ao fato de que os sentidos estão diretamente relacionados às condições de produção e os discursos, por sua vez, estabelecem relações de sentido com outros discursos, o que propicia a sua própria significação, a construção dos efeitos de sentido.

Nos discursos políticos também vemos a manifestação dessa heterogeneidade, mas vemos, acima disso, uma tentativa de enco-

brir, de silenciar as verdadeiras intenções do enunciador. Dessa forma, para chegarmos às intenções do falante, temos que achar as pistas que nos levem a outros sentidos não explicitados. Em consonância com nossa colocação está a afirmação de Orlandi (1987) de que em contextos discursivos políticos a intenção de quem fala tem muito pouco a ver com o que significa realmente.

No discurso em análise, observamos primeiramente o título: "A nova Companhia Riograndense de Telecomunicações", onde a palavra "nova" já instaura uma idéia de consolidação da privatização. Em função deste título, podemos dizer que as negociações governamentais ocorrem em mão única, não há possibilidade de retorno, de não venda da CRT. Já aqui encontramos o silenciamento da fala daqueles que se opõem. Ignora-se, estrategicamente, a existência de resistência à privatização. Assim, a medida parece uma questão de consenso, uma medida sábia, e, ao mesmo tempo, normal de saneamento de empresas públicas.

Silenciam-se, também, aqueles que apontam negócios escusos neste processo de privatização, que denunciam a entrega do patrimônio público a empresas privadas e as possíveis conseqüências políticas, econômicas e sociais daí advindas.

"O que a empresa busca com o parceiro é garantir o seu futuro. Nele, o Estado terá um número maior de telefones, novos serviços serão agregados e o atendimento aos gaúchos será ainda melhor. A CRT estará ainda mais forte para garantir a infraestrutura em telecomunicações que o Rio Grande do Sul exigirá nessa nova economia em construção no Centro-Sul do Brasil e nos países do Prata."

Por outro lado, o título "nova" apaga o espaço ocupado pela CRT anterior. Silencia-se o fato de a CRT estar com sua economia abalada por falha das administrações anteriores, incluindo as do partido que ocupa atualmente o governo. Dentro desta perspectiva, a CRT só foi instrumento político dos governos anteriores. O fato corrente de ser cabide de emprego, de operar no vermelho por ser mal gerida não é culpa dos que ocupam o governo atual:

"O atual governo tem toda a autoridade para falar do fortalecimento da CRT. Em janeiro de 1995, havia 745 mil telefones no Rio Grande. Estamos terminando o ano com 1,15 milhão de telefones instalados, entre fixos e celulares, num aumento superior a 50%. No mesmo período, o número de funcionários baixou em quase 30%, passando de 6.200 para 4.600 pessoas [...]. Na CRT, nunca um governo conseguiu tanto em apenas dois anos."

Anula-se, assim, a possibilidade de crítica ao governo como um todo. Silencia-se o fato de que os políticos e os partidos per-

manecem no poder ao longo de muitos governos. Esse silenciamento tem como objetivo evitar que o "sujeito eleitor" se filie a determinadas formações discursivas, ocupe certas posições que possam produzir sentidos indesejáveis, tais como a consciência do direito e do dever que o cidadão tem de cobrar responsabilidade e competência daqueles que ocupam cargos no governo, utilizando-se, para isso, primordialmente de um instrumento poderoso que tem nas mãos, que é o voto.

Ainda, a nova CRT, estando em outras mãos mais eficientes, "...um parceiro estratégico consagrado como operador de telecomunicações em mercados muito mais exigentes e competitivos", não será mais alvo de crítica e, portanto, não haverá comprometimento do governo quanto ao seu funcionamento.

Em segundo lugar, vemos um autor que se apaga e, dessa forma, tenta apagar, também, o lugar de onde fala e, por extensão, as condições de produção que constituem o referido discurso. Dessa maneira, silencia-se o fato de ser um representante do governo que defende a privatização como modo de solucionar os graves problemas político-econômicos existentes.

"A consolidação da economia de mercado no mundo, durante a década de 80, trouxe também o fim dos grandes monopólios na área da prestação dos serviços públicos. Um dos últimos setores a se tornar aberto também para a livre concorrência é o das telecomunicações, no qual o monopólio público dá lugar à prestação de serviços por uma gama de empresas em regime de concorrência.

"A Comunidade Econômica Européia determinou que, até o final de 1997, todo o setor de telecomunicações da Europa Ocidental operará em livre concorrência.[...]"

É o dizer de um lugar de autoridade que aí aparece, onde não há espaço para o questionamento da validade ou não da privatização. É desse lugar, onde se afirma que, enfim, houve a consolidação mundial da economia e que esta trouxe, entre outras coisas positivas, o fim dos grandes monopólios na área da prestação dos serviços públicos. Isso dá lugar à livre concorrência.

Silencia-se, no entanto, o fato de não estarmos frente a um sistema de livre concorrência. Essa é ainda uma possibilidade remota. Temos um monopólio, hoje estatal, que passará às mãos de um conglomerado de empresas privadas. Assim, silencia também o autor, em seu discurso, que a companhia em pauta sairá do monopólio do estado e entrará em um monopólio privado, formado por grandes consórcios.

A palavra "monopólio" no texto tem uma conotação negativa. Os monopólios estatais propiciam a concentração de poder nas

mãos do Estado e, conseqüentemente, a perda do controle popular. Temos, como exemplo, o monopólio estatal ferrenhamente defendido nos regimes comunistas, que só trouxe dissabores, como a mídia propala, revoltas, empobrecimento do povo e da nação. A idéia é que, se não houver uma ruptura, uma quebra do fortalecimento desses monopólios estatais através da privatização, também poderá ocorrer aqui o fortalecimento do poder público. Encontramos evidência de que "monopólio estatal" suscita uma consideração negativa nas frases:

"No Brasil, a telefonia funciona como monopólio controlado pela Telebrás, com exceção do Rio Grande do Sul, no qual a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) é a única grande operadora fora do controle do conglomerado gigante da União. Mas a quebra desse monopólio já foi determinada."

Rechaça-se assim o discurso da oposição, que defende a permanência dos serviços essenciais sob o jugo do estado. Ressalta-se, em contrapartida, todas as benesses oriundas da privatização. Com essa estratégia, procura-se impedir que outros sujeitos inscrevam-se nas mesmas formações discursivas da oposição.

Encontramos outro argumento por autoridade no discurso, quando o autor, ao silenciar o seu próprio dizer, cede o seu lugar à Comunidade Econômica Européia. É essa invejada união de países ricos que encabeça o movimento de privatizações, portanto, exemplo a ser seguido, jamais refutado.

No discurso são citados os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Holanda, onde a concorrência gera ampliação dos serviços, melhor qualidade de atendimento e acima de tudo, o que todos almejamos, a redução das tarifas. Também em outra oportunidade aparece essa mesma questão das tarifas. Porém, sabemos que há um total silenciamento de como serão reguladas, ou se serão reguladas ou não as tarifas. Apenas sabemos que o grupo comprador terá poderes, ainda não bem definidos, mas, com certeza, serão respeitados os seus poderes como uma empresa privada.

O discurso silencia o receio manifesto de segmentos da população quanto a tarifa, quanto a ser um serviço essencial e, portanto, sujeito a ser utilizado como um instrumento de manipulação.

Podemos observar ainda em nossa análise que o autor procura também silenciar o fato de que é um governo endividado que está seguindo o programa nacional de privatizações, cujos critérios têm sido alvo de crítica daqueles que vêem a venda do patrimônio público uma ameaça a hegemonia da nação. Seguindo tal posicionamento, suprime-se o fato de que necessita se desfazer dos bens do estado para poder subsidiar outros interesses como o da vinda

da General Motors, instrumento de propaganda do governo. Ao invés disso, alardeia-se que o governo está preocupado com o bem da população, é isso que almeja: "qualidade impecável de serviços", "tarifas baixas" e "margens de resultado econômico para viabilizar os grandes investimentos que a empresa tem de fazer a cada ano".

É assim que entendemos a política do silêncio, um jogo de claros e escuros, onde, nas relações de poder só deixamos transparecer aqueles sentidos que estão em sintonia com esse poder, os outros permanecem em silêncio.

Foi nossa intenção, através do procedimento de análise do discurso em pauta, procurar explicitar os processos de significação aí existentes, compreendendo os seus sentidos. Cabe-nos ainda acrescentar que a análise realizada não se pretendeu exaustiva. Foi a título ilustrativo que procuramos efetua-la.

Bibliografia

- AUTHIER-REVUZ, J. Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Gestos de Leitura: da história no discurso*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. Silêncio e implícito. In: GUIMARÃES, Eduardo. *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. *Terra à vista*. São Paulo: Cortez & Editora da UNICAMP, 1990.
- _____. *As formas do silêncio*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. São Paulo: Vozes, 1996.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1988.

A nova Companhia Riograndense de Telecomunicações

CRISTIANO TAISCH

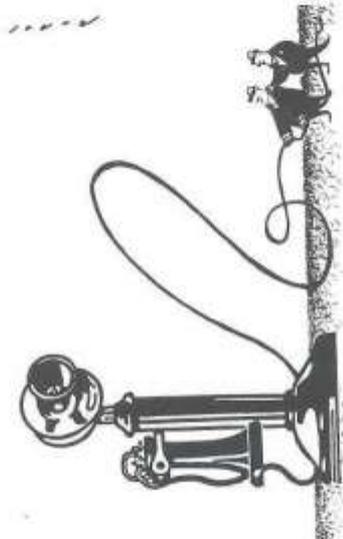
A consolidação da economia de mercado no mundo, abarata a década de 80, trouxe também o fim dos grandes monopólios na área de prestação dos serviços públicos. Um dos últimos setores a se transformar serão também para a hoje, concessionária e as das telecomunicações, no qual o monopólio público da labor à prestação de serviços por uma gama de empresas em regime de concorrência.

A Comunidade Econômica Europeia decretou que até o final de 1997, todo o setor de telecomunicações da Europa Ocidental operaria em livre concorrência. Isso está ficando com que os grandes gigantes da telefonia, até então estratagemas e seu capital, buscando parcerias nos investimentos vendidos aos anos.

Nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Holanda, para citar exemplos, a concorrência já é uma realidade que deturpa a ampliação dos serviços, a melhoria da qualidade de atendimento e a redução de tarifas quando comparados aos seus vizinhos, onde se reformam em seus sistemas.

O grande efeito da transformação na área de telecomunicações é a ampliação e a queda de custos significativos do mercado e a busca imperativa da conquista e da utilização do cliente, sem maior do momento econômico em que vivemos.

No Brasil, a telefonia funciona como monopólio controlado pela Telebrás, com



criação do Rio Grande do Sul, no qual a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) é a única grande operadora fora do controle do conglomerado gigante da Ueslisa. Mas a queda desse monopólio já foi decretada. A concorrência livre é o futuro do setor.

O desafio é, hoje, não mais apenas atender à demanda, mas garantir quali-

mento da empresa para o novo momento da economia. O desafio da CRT é enfrentar a concorrência e manter a hegemonia, não mais pelo monopólio expresso em lei, mas pela competência demonstrada no mercado.

O atual governo tem toda a autoridade para falar do fortalecimento da CRT. Em janeiro de 1995, havia 745 mil telefones no Rio Grande. Estimos terminados o ano com 1,15 milhão de telefones instalados, entre fixos e celulares, num aumento superior a 50%. No mesmo período, o número de funcionários baixou em quase 30%, passando de 6.200 para 4.600 pessoas, basicamente através do Plano de Demissão Voluntária (PDV). Todo este processo é concomitante a uma reconstrução da melhoria na qualidade dos serviços.

A CRT nunca um governo conseguiu tanto em apenas dois anos. O que a empresa busca com o parceria é garantir seu futuro. Não, o Estado terá um número maior de telefones, novos serviços serão agregados e o atendimento aos clientes será ainda melhor. A CRT estará ainda mais forte para garantir toda a infraestrutura em telecomunicações que o Rio Grande do Sul exigirá para emergir como o destaque estratégico nessa nova economia em construção no Centro-Sul do Brasil e nos países do Prata.

Cristiano Taisch é presidente da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT).

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS DA PUCRS

- **MUNDO JOVEM**
Jornal de idéias e reflexões para jovens, vinculado ao Instituto de Teologia e Ciências Religiosas - *Mensal*
- **PUCRS INFORMAÇÃO**
Boletim Informativo - *Bimestral*
- **VERITAS**
Revista de estudos de Filosofia e Ciências Humanas - *Trimestral*
- **LETRAS DE HOJE**
Revista de estudos de Lingüística, Literatura e Língua Portuguesa - *Trimestral*
- **TEOCOMUNICAÇÃO**
Revista de estudos de Teologia, Filosofia e áreas afins - *Trimestral*
- **REVISTA DE MEDICINA DA PUCRS**
Editada pela Faculdade de Medicina e Instituto de Geriatria - *Trimestral*
- **ANÁLISE**
Revista da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas - *Semestral*
- **BIOCIÊNCIAS**
Revista do Instituto de Biociências - *Semestral*
- **BRASIL/BRAZIL**
Revista de Literatura Brasileira e Literatura Comparada Editada pela PUCRS, Brown University e Editora Mercado Aberto - *Semestral*
- **COMUNICAÇÕES DO MUSEU DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**
Semestral
- **EDUCAÇÃO**
Revista do Curso de Pós-Graduação em Educação - *Semestral*
- **ESTUDOS IBERO-AMERICANOS**
Revista de estudos sobre a História e a Literatura Ibero-Americana do Curso de Pós-Graduação em História - *Semestral*
- **HÍFEN**
Revista do Campus II/PUCRS/ Uruguiana - *Semestral*
- **ODONTOCIÊNCIA**
Revista da Faculdade de Odontologia- *Semestral*
- **PSICO**
Revista especializada em Psicologia - *Semestral*
- **REVISTA DA FAMECOS**
Revista da Faculdade dos Meios de Comunicação Social - *Semestral*
- **DIREITO & JUSTIÇA**
Revista da Faculdade de Direito - *Sem Periodicidade*
- **DIVULGAÇÕES DO MUSEU DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**
Irregular